

Editorial

A REBESP traz neste número um alerta aos gestores da Segurança Pública, ao discutir a necessidade de adoção e aperfeiçoamento de políticas públicas concernentes ao crime organizado, à inteligência policial, ao sistema prisional, ao ensino e à pesquisa científica para a solução de problemas reais de Segurança Pública.

“O papel da Inteligência no enfrentamento ao crime organizado: a experiência recente do estado de Santa Catarina” alerta o leitor quanto à necessidade de interação entre as agências de inteligência, que compõem o sistema segurança pública, e ao assessoramento de políticas que deem efetividade nas estratégias de proteção da estrutura do Estado. E ainda, ressalta-se que o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) tem sido utilizado como ferramenta de desarticulação de facções criminosas, que comandam os crimes de dentro e fora das penitenciárias, por meio da transferência chefes de ações e controladores do crime organizado para outras unidades prisionais. Assim, o RDD é considerado uma medida de enfrentamento e combate à criminalidade, porém, de curto prazo ou emergencial.

Ainda a respeito da temática do sistema prisional, o artigo “Percepção de cidadania no Sistema Prisional Brasileiro: uma interface com as políticas sobre álcool e outras drogas” remete para um desafio bastante contemporâneo: a relação entre a percepção de cidadania do apenado sob a perspectiva e enfoque dos direitos humanos, o consumo de substâncias psicoativas e as iniciativas governamentais no que diz respeito em abordar o problema, suas implantações atuais e desafios.

“A Análise crítica da Força Nacional de Segurança Pública diante do Sistema Constitucional do emprego das Forças Armadas em situações de grave perturbação da ordem pública” é o artigo que traz o debate da situação da Força Nacional de Segurança (FNSP) e questionamentos tais como: inconstitucionalidade de sua instituição; conflitos de competência judicial; subordinação; regime disciplinar; natureza, se militar ou civil; instituições envolvidas; forma de pagamento salarial; percentual de recursos humanos a serem empenhado por cada organização e, de outro lado, o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem pública.

Em “O Ensino Militar Estadual além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” o autor remete para a regulamentação da referida Lei, para o processo formativo, para os eixos articuladores, para a discussão sobre a vinculação ao sistema de ensino do Exército e a Matriz Curricular Nacional – MJ/SENASP e, ainda, discutem a respeito da declaração de equivalência dos cursos militares estaduais, perante aos Conselhos de Ensino.

Ainda neste número o artigo, “Novas Abordagens de produção de conhecimento: Think e Tanks e a produção e uso da ciência para o desenvolvimento da Segurança Pública”, traz a produção de conhecimento nos três modos, com foco nas atividades de segurança pública. A experiência do security think e tanks decorre de um comprometimento de pessoas e instituições na busca da mudança social pela participação desde a formulação do problema de pesquisa unido à heterogeneidade dos participantes e dos conhecimentos que ele detêm. Dessa forma, destina-se à inspiração na elaboração de políticas regionais de pesquisa em segurança pública nos níveis operacional, tático e estratégico das organizações dessa área.

Percebe-se que cada vez mais a segurança pública está se consolidando como um campo científico e não deve ser tratada com empirismo e aleatoriedade, mas, sim, por meio da produção do conhecimento com vistas a desenvolver políticas públicas que gerem ações estratégicas efetivas e eficazes, com o fim de prever, prevenir e reprimir atos delituosos de qualquer natureza.

Alexandre Texeira Candido – Coronel PM
Diretor da REBESP